



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

206

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 122470-8/01 - Recife (13ª Vara Cível)

Recorrente: Gerson Carneiro Leão e outros

Recorrido: Pernambuco Participações e Investimentos S/A

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

5469

EMENTA. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO. AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. PRETENSÃO DE EXCLUSÃO DA APLICAÇÃO DA TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO (TJPL). PROCEDÊNCIA DO PLEITO NO PRIMEIRO GRAU. APELO. PROVIMENTO MONOCRÁTICO. ENTENDIMENTO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DESTA CORTE. RECURSO DE AGRAVO. IMPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. A taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pode ser utilizada como indexador de correção monetária nos contratos bancários. É permitido nas cédulas de crédito rural o pacto de capitalização mensal dos juros (Súm. 93 STJ).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

207

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 122470-8/01 - Recife (13ª Vara Cível)

Recorrente: Gerson Carneiro Leão e outros

Recorrido: Pernambuco Participações e Investimentos S/A

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão recorrida às fls. 100/102 da apelação nº 122470-8.

No primeiro grau foi proferida sentença nos autos da Ação de Embargos à Execução, proposta por **Gerson Carneiro Leão** contra a **Pernambuco Participações e Investimentos S/A**. O magistrado *a quo* julgou procedente, em parte, os embargos, excluindo a incidência da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, como indexador de correção monetária da dívida objeto da cobrança no processo de execução.

O embargado, Pernambuco Participações e Investimentos S/A, interpôs apelação, à qual dei provimento, através da terminativa de fls. 100/102, para reformar a decisão recorrida na parte que vedou a incidência da TJPL, por entender que referida decisão estava em confronto com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, bem como desta Corte.

Contra a decisão de minha lavra, o embargante interpôs o presente recurso de agravo, objetivando o seu total provimento para o fim de reformar a decisão recorrida. Para tanto, alegou que no tocante ao contrato de Cédula de Crédito Rural não se aplica a TJPL – Taxa de Juros de Longo Prazo, pois esta não pode ser utilizada como fator de atualização pelo fato de representar média nominal da moeda nacional e apresentar grande semelhança com a TR. Por fim, disse que a decisão recorrida está em confronto com a jurisprudência desta corte.

Não convencido de mudança no entendimento anteriormente esposado, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

208

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 122470-8/01 - Recife (13ª Vara Cível)

Recorrente: Gerson Carneiro Leão e outros

Recorrido: Pernambuco Participações e Investimentos S/A

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Na parte que interessa, a decisão agravada está vazada nos seguintes termos (fls. 100/102 da apelação nº 122470-8):

"(...) Trata-se de apelação interposta contra sentença proferida em *Ação de Embargos à Execução*, promovida por Gerson Carneiro Leão e OUTRO, contra Pernambuco Participações e Investimentos S/A, sentença essa que julgou procedente, em parte, os pedidos formulados pelo autor, para declarar abusiva a incidência da TJLP (taxa de juros de longo prazo) no contrato de cédula rural firmado entre as partes. Assim se pronunciou o magistrado singular sobre a questão: "a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo –, como o próprio nome afirma, é índice de correção que embute, no seu cálculo, valores que não correspondem à mera atualização do capital – correção monetária –, mas, sim, taxa de juros disfarçada, tal qual a TR. Isso, porém, não significa que a dívida não seja corrigida por outro índice, a fim de evitar a deterioração do capital e, por via de consequência, o enriquecimento sem causa do devedor. Deve-se aplicar, em substituição, conforme norma contratual livremente pactuada pelas Partes, constante do respectivo instrumento, outro índice substitutivo que tenha sido divulgado no período, com exceção desses dois índices. Por tudo isso, os presentes Embargos hão de ser julgados procedentes em parte, a fim de se fazer excluir, na cobrança, a capitalização mensal e a aplicação da TJLP como índice de correção monetária agregado aos juros, por constituírem encargos abusivos e que conduzem ao desequilíbrio contratual, sem o embaraço, no entanto, de que a cobrança seja feita em outro índice de correção, com acréscimos de juros, nos mesmos índices previstos, mas com a capitalização mensal." O embargado apelou (fls. 76/77). Em suas razões alegou que a decisão recorrida merece reforma, eis que a cobrança da TJLP é amparada pela legislação vigente. Pugnou pelo provimento do recurso com a consequente reforma da decisão impugnada. Não houve contra-razões. Relatado, decido: Como dito no relatório, o juízo de primeiro grau julgou procedente, em parte, a ação de embargos à execução, excluindo a incidência da TJLP. Com efeito, a matéria em questão já foi enfrentada no âmbito do Colendo STJ, que ratificou o entendimento no sentido de que a taxa de juros de longo prazo (TJLP) pode ser utilizada como indexador de correção monetária nos contratos bancários. (Súmula 288). Nesse



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

209

sentido: "AGRAVO REGIMENTAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. TJLP. CORREÇÃO MONETÁRIA. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. POSSIBILIDADE. MULTA MORATÓRIA. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pode ser utilizada como indexador de correção monetária nos contratos bancários. - É permitido nas cédulas de crédito rural o pacto de capitalização mensal dos juros (Súmula 93). - A redução da multa para 2%, como definido pela Lei 9.298/96, só é possível nos contratos celebrados após a sua vigência. (Súmula 296) (AgRg no Ag 797.953/SC, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2007, DJ 31/10/2007 p. 322)" Esta Egrégia Corte também já preferiu decisão no mesmo sentido: "EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AOS CONTRATOS BANCÁRIOS. SÚMULA 297 DO STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NA LEGISLAÇÃO REGENTE. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA. CUMULAÇÃO PERMITIDA. «TJLP» COMO INDEXADOR ADEQUADO. Conforme a Súmula 297 do STJ, o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras; A cédula de crédito comercial encontra-se disciplinada nos arts. 5º, parágrafo único, e 58, do Decreto-Lei 413/69, os quais prevêm na hipótese de inadimplência apenas a cobrança de juros moratórios e multa, tornando indevida a cobrança de comissão de permanência; Os juros de mora e a correção monetária têm funções totalmente distintas, nada obstando sejam cobrados cumulativamente, pois enquanto os primeiros configuram penalidade pelo não cumprimento da obrigação no prazo devido, a segunda apenas recompõe o poder de aquisitivo da moeda, corroído pelo processo inflacionário, não podendo ser considerada como um aumento da base de cálculo do débito; A Taxa de Juros de Longo Prazo («TJLP») pode ser utilizada como indexador de correção monetária nos contratos bancários. Súmula 288 do STJ. (Apelação Cível 118160-8 Relator Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes 2ª Câmara Cível 11/3/2009). Ante o exposto, considerando que a sentença está em confronto com a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça e deste TJPE, DOU PROVIMENTO ao recurso para reformar a decisão recorrida na parte que vedou a incidência da TJLP, conforme fundamentação supra, o que faço com fundamento no art. 557, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco."

Não vislumbro no referido recurso qualquer argumentação que venha ensejar modificação no posicionamento adotado na decisão agravada, posto que, como visto, enfrentou todos os pontos controvertidos, encontrando-se em sintonia com o entendimento do Superior tribunal de justiça, bem como desta Corte.

Outrossim, no tocante à alegação de que a decisão recorrida está em confronto com a jurisprudência do Tribunal de Justiça de



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

210

Pernambuco (fls. 4), observo que o único acórdão colacionado pela agravante é do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e não desta Corte (fls. 05/07).

Ante o exposto, voto no sentido de negar seguimento ao recurso.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator